O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratizacão mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 12 | Nº 34 | Boa Vista | 2022

http://www.ioles.com.br/boca

ISSN: 2675-1488

https://doi.org/10.5281/zenodo.7151234

BOLETIM DE CONJUNTURA

www.ioles.com.br/boca

EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: UMA NECESSIDADE URGENTE

Isabela do Couto Campos[1]

Jean Carlos Miranda[2]

Resumo

Atualmente, em muitas escolas, há grandes dificuldades para abordagem de questões relativas à sexualidade, muitas vezes em função de preconceitos, mitos e desconhecimento. Contudo, o ambiente de aprendizagem é plural e não deve se abster da responsabilidade de contribuir para o desenvolvimento de cidadãos dotados de senso crítico, mas também conscientes de sua própria identidade. Além disso, ressalta-se os benefícios encontrados na abordagem responsável da Educação Sexual, na forma de prevenção a casos de gravidez precoce e abortos na adolescência, a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis, assim como a detecção de casos de abuso infantil que, na maioria das vezes, acontecem no ambiente familiar. Esse trabalho objetiva apontar os principais benefícios e desafios envolvidos na Educação Sexual e sua abordagem no ambiente de aprendizagem, destacando suas características, avanços e retrocessos no decorrer da história.

Palavras chave: Educação Sexual. Escola. Sexualidade.

Abstract

Currently, in many schools, there are great difficulties in approaching issues related to sexuality, often due to prejudice, myths and ignorance. However, the learning environment is plural and should not abstain from the responsibility of contributing to the development of citizens endowed with a critical sense, but also aware of their own identity. In addition, the benefits found in a responsible approach to Sex Education are highlighted, in the form of preventing early pregnancy and abortion in adolescence, the transmission of sexually transmitted infections, as well as the detection of cases of child abuse that, in most cases, sometimes they happen in the family environment. This work aims to point out the main benefits and challenges involved in Sex Education and its approach in the learning environment, highlighting its characteristics, advances and setbacks throughout history.

Keywords: School. Sex Education. Sexuality.

INTRODUÇÃO

É urgente desmistificar o conceito existente na sociedade brasileira de que a Educação Sexual é o ensino da prática sexual, que desperta curiosidades em crianças e adolescentes, estimulando-os para sua iniciação sexual. A Educação Sexual, dentre outros aspectos, busca ensinar às crianças e adolescentes a identificarem situações de risco e de abuso sexual. O abuso sexual é um crime, com consequências físicas e psicológicas, deixando marcas que perdurarão por toda a vida da vítima. Portanto, crianças e adolescentes devem ser conscientizados de que seus corpos são invioláveis. Importante destacar que o abuso sexual, em muitos casos, ocorre no âmbito familiar, sendo, por vezes, identificado no ambiente escolar. As vítimas são, em muitos casos, coagidas a manter silêncio e, muito frequentemente, não

[1] Graduada em Ciências Naturais pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: isabela_couto@id.uff.br

[2] Doutor em Ciências (Ecologia). Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail para contato: jeanmiranda@id.uff.br

sabem que estão sendo abusadas. Assim, é de suma importância a reflexão acerca deste tema e sua abordagem, uma vez que instrumentaliza crianças e adolescentes para, dentre outros fatores, identificarem situações de risco.

SEXUALIDADE E A EDUCAÇÃO SEXUAL

A sexualidade é um tema que desperta grande interesse, fascínio e curiosidade. Trata-se de algo que faz parte da vida humana e que não repousa apenas na genitalidade; envolve também aspectos psicossociais, físicos e culturais (BARROS; MIRANDA, 2019). Este contexto multifacetado da sexualidade torna o tema mais complexo, envolvendo a análise de fatores que se relacionam com o ambiente, a sociedade e a cultura. Inclui, de acordo com Figueiró (2006), a afetividade, o sexo, o prazer, o carinho, a comunicação e a intimidade, além de valores morais encontrados em cada cultura, associados ao comportamento sexual.

Apesar da atuação de certos movimentos conservadores, há uma significativa parcela da sociedade que reconhece a importância da abordagem de temas relacionados à Educação Sexual de forma urgente, séria e responsável, sobretudo no ambiente escolar, considerado um local adequado para orientação de crianças e adolescentes (BRITTOS; SANTOS; GAGLIOTTO, 2013), com vistas ao desenvolvimento integral de sua personalidade. Contudo, cabe ressaltar que a função de educador sexual, não repousa apenas sobre professores, conforme aponta Figueiró (2006, p. 30):

> [...] todos somos educadores sexuais: os pais, os professores, os demais profissionais e a comunidade em geral, estejamos ou não conscientes disso, uma vez que, no contato com crianças, adolescentes e jovens, acabamos por passar informalmente, várias mensagens, implícitas ou explícitas, sobre a sexualidade, contribuindo para que os educandos construam suas ideias, seus valores e seus sentimentos em relação a ela.

Tendo em vista os equívocos acerca do que é a Educação Sexual, é premente, a necessidade de conceituá-la. A Educação Sexual aborda aspectos fisiológicos e psicológicos envolvidos no comportamento sexual, bem como a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST) e da gravidez precoce, e assim auxilia no reconhecimento de situações de abuso, que são frequentemente detectadas no ambiente escolar por meio, por exemplo, da observação de mudanças no comportamento da criança (CARVALHO *et al.*, 2019).

O tema, por vezes, é confundido, em função do desconhecimento de parte da sociedade, com o uso, em ambiente de aprendizagem, de práticas associadas ao erotismo, o que gera, em algumas famílias, desconforto e um sentimento de superproteção, que priva os alunos do acesso a informações

importantes para o seu desenvolvimento e formação integral. Essa cultura conservadora trata a Educação Sexual com certo obscurantismo, o que pode dificultar o processo de ensino e aprendizagem sobre a temática.

Sem o prejuízo do tratamento do tema em um viés científico, a Educação Sexual procura, dentre vários fatores, compreender o ser humano em sua relação com seu próprio corpo, bem como com o corpo do outro. Sendo a escola um ambiente formativo e humanizador, constitui-se como ambiente propício para promover o entendimento acerca da sexualidade e suas nuances (SANTOS; GAGLIOTTO, 2017).

BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO BRASIL

Em uma análise do histórico da Educação Sexual no campo da educação brasileira, nota-se que o aparecimento da temática se deu no início do século XX, na Primeira República, marcada pela influência de uma visão médico-higienista ainda do século XIX. O foco da preocupação higienista era a descoberta de doenças que pudessem colocar em risco a saúde pública. Deste modo, com base em estudos estrangeiros, médicos sanitaristas, psiquiatras legistas e juristas brasileiros encontraram no ambiente escolar um ambiente propício para divulgar suas investigações (CRUZ; SILVA; SANTOS, 2020).

Neste contexto higienista, emergiram os primeiros discursos voltados para a Educação Sexual nas escolas brasileiras da época, sob a égide do combate às doenças venéreas e à masturbação. Ribeiro (2008), entretanto, aponta que Bertha Lutz (bióloga, educadora e maior liderança na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras), após retornar da Europa, no final da década de 1910, propôs a Educação Sexual nas escolas, com vistas à proteção das crianças e da maternidade.

Assim, as primeiras tentativas de adotar seu ensino no país, ocorreram entre os anos de 1920 e 1930, no Colégio Batista do Rio de Janeiro, fomentadas por médicos e professores que perceberam a necessidade de abordagem da temática nas escolas, o que poderia mudar, principalmente, a vida das mulheres (FIGUEIRÓ, 1998 *apud* BUENO; RIBEIRO, 2018).

Até a década de 1960, a Igreja Católica, para a qual o sexo é um ato sagrado (CHAUÍ, 1984), tentou minar a aplicação da Educação Sexual nas escolas (CARVALHO; KODAMA, 2020), uma vez que abordaria temas considerados proibidos pela Igreja e fomentaria do desejo pelo desconhecido.

Em 1963, um colégio em Minas Gerais começou a trabalhar assuntos relacionados à sexualidade com alunos do 4º ano do ginasial, que hoje corresponde ao 8º ano do Ensino Fundamental, mas houve

grande reação contrária dos pais, de forma que em 1966, o tema foi retirado do currículo (AQUINO; MARTELLI, 2012).

Em 1968, a pedido dos próprios alunos do Colégio André Maurois, do Rio de Janeiro, professores de Biologia inseriram a Educação Sexual nas aulas. Inicialmente, "criou-se um clima de grande liberdade na escola ao qual, porém, seguiu-se uma crise que acabou resultando na exoneração da diretora, na suspensão de professores e na expulsão de alunos" (BARROSO; BRUSCHINI, 1982, p. 20 *apud* SILVA, 2007). De acordo com Rosemberg (1985, *apud* BUENO; RIBEIRO, 2018), a diretora da instituição foi exonerada do cargo pelo próprio governador Chagas Freitas.

Apesar do surgimento de muitos movimentos feministas entre os anos de 1960 e 1970, a implementação da Educação Sexual nas escolas foi prejudicada pela ação de outros movimentos políticos e, principalmente, pela repressão militar. Importante destacar que o primeiro evento realizado no Brasil sobre o tema (I Congresso Sobre Educação Sexual nas Escolas) ocorreu apenas em 1978. Cabe destacar o aumento de casos de IST no início da década de 1980, com destaque para os primeiros casos de AIDS, o que fomentou a realização de projetos de Educação Sexual. Contudo, o foco naquele momento eram os métodos contraceptivos (NARDI; QUARTIERO, 2012).

Já na década de 1990, foram relatados casos de repressão, como, por exemplo, o ocorrido em Londrina (PR), onde um professor de Biologia foi acusado por pais adeptos à religião Testemunhas de Jeová de aliciamento sexual, somente por abordar temas relacionados à Educação Sexual com seus alunos (FIGUEIRÓ, 1998, p. 98 *apud* BUENO; RIBEIRO, 2018).

Em 1996, a importância da Educação Sexual foi reconhecida oficialmente, após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), e o estabelecimento dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (RIBEIRO; MONTEIRO, 2019). A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento publicado em 2018 e que norteia o ensino no país, traz a menção mais próxima da Educação Sexual em uma tabela que é direcionada à disciplina de Ciências no 8° ano, de forma que o termo sexualidade é tratado como objeto de conhecimento sobre vida e evolução, e como uma habilidade da disciplina, devendo tratar de IST e métodos contraceptivos. No Ensino Médio, o tema é abordado sob a forma de competência geral, com ênfase na parte biológica do sistema reprodutor humano. Assim, a despeito de sua grande importância, trabalhar a Educação Sexual nas escolas do país, se tornou ainda mais difícil nos últimos anos. De acordo com o Leão (2021), os antecessores da BNCC eram mais amplos, visto que tratavam da saúde sexual pelo prisma da Biologia, além da afetividade que envolve a sexualidade, contribuindo mais para a formação integral dos estudantes.

BENEFÍCIOS DA ABORDAGEM EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Todo o ambiente escolar é de extrema importância por exercer um papel crucial na educação de crianças e adolescentes, pois mesmo que não seja dever da escola educar o indivíduo, tudo que acontece nesse espaço pode favorecer o seu desenvolvimento (DOLTO, 1988 *apud* VALLIM, 2016). Tendo em vista que a adolescência é uma fase de transição para a vida adulta, na qual acontecem várias transformações físicas, fisiológicas e psicológicas, essa fase é essencial para a vida do indivíduo (BRÊTAS *et al*., 2011). Nesse sentido, a ausência de um lugar adequado para discutir temas importantes, como os relacionados à sexualidade, pode produzir sentimento de culpa, medo e insegurança, decorrentes da falta de oportunidades para (re)conhecer sua sexualidade como algo natural e sem preconceitos (TORQUATO *et al*., 2017).

Oliveira (2013) afirma que a escola é um local de diversidade, pois nela o aluno tem acesso a pessoas diferentes das de sua família e, dessa forma, consegue entender o mundo com mais referências. De acordo com Oliveira (2020), o objetivo da escola é, juntamente com a família, promover o desenvolvimento do aluno. Sendo assim, é possível afirmar a importância de abordar essa temática nas escolas, já que a Educação Sexual está ligada ao fato de que todo indivíduo tem direito à informação sobre seu corpo e sexualidade. Para além de trazer conceitos prontos, a escola deve proporcionar subsídios para que o aluno seja capaz de formular suas próprias opiniões acerca dos conteúdos aos quais são expostos. Neste sentido, Moizés e Bueno (2010, p. 206) apresentam o diálogo como a principal ferramenta no processo de Educação Sexual:

> O diálogo é a ferramenta básica no processo de educar para a sexualidade. Há crianças e adolescentes que perguntam muito, outras nada interrogam e outras, ainda, precisam de um ambiente encorajador para levantar questões. Todos devem ser considerados, são seres sexuais, portanto, devem ter acesso a material informativo sobre a sexualidade e dispor de bibliografia adequada à idade em que se encontram. O diálogo é o exercício natural para o desenvolvimento da relação adulta, para o encontro entre as pessoas. A escola precisa reassumir o trabalho de educação sexual, mas não para repreendê-la, e sim para mudar visões distorcidas ou negadas da sexualidade, sem, contudo, substituir a família, porque a criação não chega à escolas sem ideias, mas já com diversas inscrições acerca do sexo.

Desta forma, é importante que os professores possibilitem a criação de espaços para discussão e reflexão (MIRANDA, 2013) e, assim, auxiliar alunos no enfrentamento de situações para as quais, muitas vezes, encontram-se despreparados, em razão das inúmeras mudanças físicas, psicológicas e comportamentais pelas quais passam em seu desenvolvimento (QUEIROZ; ALMEIDA, 2017).

O CONHECIMENTO DO CORPO COMO INSTRUMENTO DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL

A violência sexual infantil é definida como um conjunto de atos em que a criança é submetida, por pessoas que apresentam desenvolvimento psicossexual mais avançado que o seu, valendo-se de uma relação de poder para se satisfazer sexualmente, em detrimento do bem-estar da criança vitimizada (SPAZIANI; MAIA, 2015).

Os abusos sexuais podem ser extrafamiliares ou intrafamiliares. O extrafamiliar ocorre fora da família, quando a criança conhece o abusador, mas não possuem laços familiares. Já o intrafamiliar ocorre quando existe um laço familiar entre a criança e o abusador. Por isso é tão importante ensinar o que é um comportamento abusivo e como se proteger, incluindo de comportamentos abusivos de familiares (SANDERSON, 2005). Frequentemente, os abusos ocorrem em âmbito familiar, o que faz com que os laços de afetividade e dependência tornem mais difícil o rompimento do segredo que é estabelecido entre o agente perpetrador da violência e a vítima, sendo que esta última pode experimentar sentimento de culpa, medo e dificuldades para verbalizar o abuso sofrido (ÁVILA; OLIVEIRA; SILVA 2018). De acordo com Ávila, Oliveira e Silva (2018), o Brasil registra 2,2 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes a cada hora, sendo cerca de 72% ocorrem no do ambiente doméstico.

Durante a pandemia da COVID-19, nos períodos de maior isolamento social, estes riscos foram amplificados, à medida em que aumentou o tempo de convívio das crianças e adolescentes com agentes de violência, diminuindo a convivência com pessoas de confiança capazes de identificar tais situações, a saber, os profissionais da educação. Em algumas regiões do país, houve um aumento no número de denúncias de abuso sexual de crianças e adolescentes. Custódio e Cabral (2021) destacam que na Zona Oeste de São Paulo, por exemplo, as denúncias desse tipo de abuso sexual aumentaram em mais de 600% em 2020, em relação a 2019. De acordo com os autores, quando as escolas e creches foram fechadas, as queixas, que eram feitas no próprio ambiente escolar por professores e diretores, passaram a ser realizadas por vizinhos ou familiares, mas até que estes percebessem, a situação de abuso já era rotineira. Outro dado importante destacado pelos autores é que cerca de 80% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes são registrados no ambiente familiar, perpetrados pelas pessoas que deveriam proteger as crianças, sendo grande parte das vítimas meninas.

Santos e Ippolito (2011), tratando do enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, enfatizam o necessário papel da escola nessa luta.

> De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescentes (ECA) (BRASIL, 1991), o professor deve estar sempre atento aos alunos, às suas atitudes, hábitos, sua saúde física e mental, e se

> perceber algo, deve denunciar, mesmo se for apenas uma suspeita, pois é uma obrigação dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes identificarem qualquer tipo de caso de violência (ABRAPIA, 1997, p. 6 *apud* CAMARGO; LIBÓRIO, 2006).

Diversos autores (*e.g.* BRINO; WILLIAMS, 2008; AZEVEDO; GUERRA; 2000, LANDINI, 2011) apontam que, em razão de a escola ser o segundo ambiente de maior convívio da criança, se configura como um lugar privilegiado para se detectar de forma precoce a violência sexual infantil, assim como prevenir essa modalidade de violência por meio da educação para a sexualidade.

Se um professor identificar que um de seus alunos precisa de ajuda e mesmo assim tiver medo de denunciar, ele precisa avisar a coordenação para que aconteça a denúncia. O Conselho Tutelar, que tem a responsabilidade de zelar pela garantia dos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 1991) é o órgão indicado para a realização da denúncia.

O ambiente de aprendizagem pode ser útil na identificação de situações de violência sexual, uma vez que, não raro, crianças e adolescentes não conseguem identificar situações de abuso/violência sexual. Grande parte das denúncias relacionadas a esse crime contra crianças e adolescentes têm sua origem em ações da equipe escolar. Os profissionais da Educação, frequentemente, identificam mudanças comportamentais, queda no rendimento escolar, marcas no corpo ou até mesmo lhes são confidenciados relatos. Contudo, é importante ressaltar que, em muitos casos, as vítimas são ameaçadas e, por isso, optam pelo silêncio. Queiroz e Almeida (2017) afirmam que é importante para crianças e adolescentes reconhecerem que dispõem de outros adultos de referência, não somente os de sua família.

A escola, portanto, pode fornecer informações relevantes ligadas ao abuso sexual e levantar debates sobre o tema. Dessa forma, será possível identificar mais facilmente, crianças e adolescentes em situação de risco. Contudo, os profissionais da escola precisam receber formação que possibilite o reconhecimento de sinais e evidências de abusos sexuais (QUEIROZ; ALMEIDA, 2017).

A Educação Sexual na prevenção da gravidez precoce e de abortos

A puberdade que, de acordo com Schoen-Ferreira, Aznar-Farias e Silvares (2010), marca a transição da infância para a fase adulta, é um processo variável, que pode ter início mais precoce, aos oito ou nove anos, ou um pouco mais tarde, entre treze e quinze anos, tanto para as garotas quanto para os garotos. Nas meninas, a maturação sexual é evidenciada, principalmente, pelo desenvolvimento de mamas e ocorrência da menarca (a primeira menstruação), que marca o início de sua vida fértil (VITALLE *et al.*, 2003).

Estudo realizado pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS), no Brasil, em 2018, evidenciou 68,4 nascimentos para cada mil adolescentes, o que representa quase 50% a mais do que a média mundial, que estimada em 46 nascimentos. Estima-se que mais de 400 mil adolescentes se tornam mães por ano no país, o que significa que, aproximadamente, 18% das crianças nascidas no país são filhas de mães adolescentes (OPAS, 2018).

Segundo Dias e Teixeira (2010), a gravidez na adolescência tornou-se um problema de saúde pública pois acarreta risco biopsicossocial. O Brasil lidera o *ranking* de países da América Latina em casos de gravidez precoce (OPAS, 2018). Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam uma forte correlação entre indicadores socioeconômicos e a ocorrência da gravidez precoce, de forma que, a cada dez jovens de 15 a 19 anos grávidas, sete são negras e não estudam nem trabalham, reforçando o fato de que a pobreza tende a diminuir as possibilidades de conclusão dos estudos, resultando em menor qualificação profissional e, por outro lado, menor acesso a informações embasadas cientificamente sobre métodos contraceptivos (SPANIOL; SPANIOL; ARRUDA, 2019).

Outro ponto preocupante são os partos prematuros, uma vez que a gravidez na adolescência, de acordo com Costa e colaboradores (2013) é fator determinante de prematuridade, o que acontece, frequentemente, por sua imaturidade biológica (baixa idade ginecológica). Como o organismo da adolescente ainda está em formação isso pode acarretar diversos problemas tanto para a mãe quanto para o bebê (GALLO, 2011; MARTINEZ *et al*., 2011; BULHÕES *et al*., 2018).

O parto prematuro é a intercorrência obstétrica com maior frequência entre as adolescentes, em comparação com mulheres adultas. No contexto de suas diversas causas, existem problemas que são agravados por fatores socioeconômicos como a anemia, desnutrição, doença hipertensiva, dentre outros, que podem aumentar os riscos de um parto prematuro e da grande possibilidade de um recém-nascido de baixo peso (RIBEIRO *et al*., 2019).

Neste contexto, outra problemática que deve ser debatida é a da possibilidade de ocorrências de abortos em casos de gravidez precoce, sejam eles induzidos ou não. Um aborto é considerado espontâneo quando acontece sem qualquer tipo de procedimento ou mecanismo, já um aborto considerado provocado é quando resulta de algum processo abortivo externo, químico ou mecânico, podendo ser um ato voluntário ou involuntário da gestante (BLUMENTHAL, 1992).

No Brasil, o aborto vem sendo pauta de diversos debates, mas ainda é ilegal na maioria dos casos. É tipificado como crime no Código Penal, artigos 124 a 128 (BRASIL, 1940), *in verbis*:

> Art. 124 - Provocar aborto em si mesma ou consentir que outrem lhe provoque: Pena - detenção, de um a três anos.
>
> Art. 125 - Provocar aborto, sem o consentimento da gestante: Pena - reclusão, de três a dez anos.

> Art. 126 - Provocar aborto com o consentimento da gestante: Pena - reclusão, de um a quatro anos. Parágrafo único. Aplica-se a pena do artigo anterior, se a gestante não é maior de quatorze anos, ou é alienada ou débil mental, ou se o consentimento é obtido mediante fraude, grave ameaça ou violência."
>
> Art. 127 - As penas cominadas nos dois artigos anteriores são aumentadas de um terço, se, em consequência do aborto ou dos meios empregados para provocá-lo, a gestante sofre lesão corporal de natureza grave; e são duplicadas, se, por qualquer dessas causas, lhe sobrevém a morte.
>
> Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico: I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante; II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

Porém, mesmo sendo ilegal, muitas adolescentes sofrem abortos inseguros. Enquanto adolescentes de famílias com maior poder aquisitivo buscam atendimento com assistência qualificada, adolescentes de camadas menos favorecidas buscam alternativas mais acessíveis como o uso de chás de plantas medicinais com propriedades abortivas e o auxílio de pessoas, comumente não habilitadas, para realizar abortos de forma insegura, o que podem levar à graves complicações e até mesmo à morte (SILVEIRA; MCCALLUM; MENEZES, 2016).

Sabe-se que a gravidez na adolescência está associada a abandono escolar, fuga da responsabilidade do parceiro, falta de apoio familiar e financeiro, trazem implicações socioeconômicas que podem permanecer por toda a vida (TORRES *et al.*, 2018). Corroborando com a relação entre fatores socioeconômicos e os índices de gravidez na adolescência, pesquisa realizada por Spaniol, Spaniol e Arruda (2019) em escolas públicas e privadas, aponta discrepâncias acerca do nível de conhecimento e das preocupações das alunas participantes do estudo, mas não houve diferença sobre a percepção de engravidar na adolescência como algo negativo. Apesar de manifestarem o desejo de ter filhos, essas alunas esperam que isso aconteça quando estiverem em uma realidade condizente com o término do Ensino Médio e conclusão do Ensino Superior, com renda fixa e moradia própria.

Belo e Silva (2004 *apud* DIAS; TEIXEIRA, 2010) observaram, em um estudo com adolescentes gestantes do município de Campinas, que 67,3% das adolescentes participantes possuíam um bom nível de conhecimento sobre métodos contraceptivos, mesmo assim não utilizaram nenhum na primeira relação; grande parte afirmou que não conseguiu pensar nisso no momento do ato sexual. Conforme explicam Ximenes Neto e colaboradores (2017), o comportamento exploratório que é comum na adolescência traz consigo alguns riscos no plano sexual, como a prática de relações sexuais desprovida de métodos contraceptivos.

Azevedo e colaboradores (2015) explicam que a Educação Sexual pode desempenhar uma função relevante, contribuindo para que informações sobre métodos contraceptivos sejam transmitidas a adolescentes. Os autores consideram ser a Educação Sexual a melhor forma de prevenir

comportamentos de risco, reduzindo assim o número de gestações na adolescência que possam ensejar em abortos. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2014) reconhece que a educação para a sexualidade está em todos os ambientes de socialização, mas se dá de forma fragmentada e desassociada de um plano de sociedade inclusiva, reconhecendo também que cabe à escola organizar e sistematizar este tema.

Na escola, conforme apontam Sfair, Bittar e Lopes (2015), a Educação Sexual tende a fomentar o diálogo, a troca de experiências e informações, culminando assim em maior autonomia no exercício da sexualidade, contribuindo positivamente para a saúde integral dos adolescentes por meio da prevenção de experiências sexuais desprovidas de conhecimento. Dessa forma, é possível notar que a escola não deve apenas falar sobre Educação Sexual para reduzir os casos de gravidez na adolescência, mas sim auxiliar essas meninas de forma que não abandonem a escola, pois com o amparo dos professores e da coordenação da escola, e também da família, é possível que mais meninas continuem estudando (PITZ; BOLZE, 2016).

Convém aduzir, por derradeiro, que a necessidade da participação da escola na formação para a sexualidade não significa que a família deva estar alijada de sua função orientadora, sendo de grande importância para as ações visando evitar quadros de gravidez precoce. Spaniol e colaboradores (2019), relatam que, como consequência de uma comunicação familiar escassa, muitas crianças e adolescentes acabam experimentando um conhecimento confuso acerca da sexualidade, muitas vezes exacerbado por conta do silêncio dos adultos em seu entorno sobre o tema. De acordo com Silva e colaboradores (2019), o apoio da família é importante tanto no sentido do diálogo para a prevenção, quanto do apoio na ocorrência de um caso de gravidez precoce.

A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PREVENÇÃO DE INFECÇÕES SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS

Um dos principais problemas de saúde pública associado aos adolescentes é o elevado risco de se contrair infecções sexualmente transmissíveis, visto que, conforme relatam Monteiro e Jesus (2019), a atividade sexual é iniciada de forma cada vez mais precoce.

As IST são infecções transmitidas por meio do contato sexual (oral, vaginal, anal) sem o uso de preservativos com uma pessoa que esteja infectada. Podem ser causadas por vírus, bactérias ou outros agentes. E a população jovem é considerada a mais vulnerável às IST. No Brasil, desde o início das políticas relativas à AIDS, a camisinha foi e até hoje continua sendo o melhor meio de prevenção (ROSA *et al*., 2020).

A obtenção de conhecimentos relacionados à prevenção se faz necessária ao se considerar que, na maioria das vezes, a primeira relação sexual não é um evento planejado, de forma que a ausência de conhecimento sobre os riscos envolvidos em uma experiência sexual sem as devidas medidas preventivas pode tornar o adolescente mais exposto a riscos como o contágio de uma IST (KRABBE *et al.*, 2016).

Assim, em uma realidade em que muitos adolescentes deixam de ser orientados pela família, muitas vezes constrangidos por falar sobre o assunto, a escola é um ambiente propício para promover a devida orientação através da educação sexual, visando orientar uma vivência responsável, minimizando os riscos da ocorrência de IST (MONTEIRO; JESUS, 2019).

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO SEXUAL

A implementação da Educação Sexual na escola, conforme apontam Furlanetto e colaboradores (2018), encontra resistência em discursos ancorados, principalmente, na religiosidade, na falta de conhecimento por parte dos pais e responsáveis, e no caráter higienista. Há que destacar, também, a grande influência dos preconceitos acerca da sexualidade, há muito enraizados na sociedade.

“Coisa de adulto”: o tabu da sexualidade no seio familiar

O debate sobre a Educação Sexual, conforme já abordado, não é algo novo no Brasil, sendo esta discussão realizada a partir de aspectos biológicos, morais e religiosos, mas pouco sob o prisma social e da emancipação (CARRARA, 2007).

Normalmente, as crianças e adolescentes são alijadas do tema da sexualidade em virtude de uma concepção que é historicamente imperante na sociedade brasileira: a visão dos filhos assexuados. Apesar dos avanços da civilização atual, que vivencia maior liberdade em relação ao comportamento sexual dos jovens, a sexualidade ainda é considerada como exclusiva do mundo adulto, o que enseja no controle do exercício da sexualidade das crianças e adolescentes (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013).

Se observa, neste sentido, o objetivo de reprimir e afastar de forma rigorosa as manifestações sexuais, de forma que as crianças, conforme explica Brittos, Santos e Gagliotto (2013), recebem um julgamento da realidade na qual estão inseridas, dotado de crenças e valores que consideram o assunto da sexualidade inadequado para sua idade. Nota-se uma forte tendência por parte de adultos de ocultar e reprimir os primeiros gestos exploratórios realizados pelas crianças em seu corpo, repressão esta que

muitas vezes está imbuída de princípios religiosos que preconizam a manutenção da pureza. Assim, não existe a intenção de educar para o exercício da sexualidade, mas sim para sua supressão.

Para além disso, a ausência do diálogo, faz com que muitas famílias se sintam inseguras acerca do conteúdo a ser transmitido a seus filhos, muitas vezes protestando contra a existência da Educação Sexual nas escolas. Neste sentido, Figueiró (2006, p. 143) explica que:

> Alguns pais preocupam-se, justamente, por temer que os professores passem, para seus filhos, os valores que eles, professores, defendem. Assim, por exemplo, pais conservadores, que defendem a virgindade até o casamento (para as filhas, na maioria das vezes), temem que professores possam pregar valores divergentes, incentivando, no caso, o sexo antes do casamento. O contrário também pode acontecer, ou seja, pais que pretendem que seus filhos sejam livres para decidir, com responsabilidade, sobre sua vida sexual, temem que professores conservadores venham lhes incutir ideias de pecado. Teriam direito, os professores, de influenciar seus alunos com seus valores pessoais sobre o que consideram certo ou errado? Certamente que não; cabe a eles criar oportunidades várias, de reflexão, para que os alunos pensem e discutam com os colegas, a fim de que formem sua própria opinião sobre sexo pré-matrimonial, masturbação, homossexualidade e aborto, entre outros. Cabe também ao professor, fazer com que os alunos tenham acesso a informações claras, objetivas e científicas sobre a sexualidade.

Segundo Takeuti (1997), a adolescência é marcada por muitas mudanças e questionamentos, mas, frequentemente, os adolescentes não encontram espaços que fomentem o diálogo acerca de questões relacionadas à Educação Sexual. Não raro, os pais se eximem da responsabilidade de educar sexualmente os filhos, ainda sob a sombra da visão de que a sexualidade deve ser um assunto proibido. Assim, muitas famílias adiam a discussão sobre o assunto para um futuro "longínquo", a despeito do fato de que em nossos dias as informações são veiculadas com uma velocidade cada vez maior, muitas vezes se antecipando à devida orientação dos familiares. Tal atitude, muitas vezes, fomenta o vivenciar da sexualidade com consequências graves como a gravidez precoce, aquisição de IST e violência sexual, justamente situações que os pais desejavam evitar (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013).

É necessária a percepção de que, considerando a dinâmica do acesso à informação na atualidade, as demandas relativas ao conhecimento sobre a sexualidade serão eventualmente atendidas. Porém, sem o preparo necessário por parte da criança ou adolescente quando o diálogo acerca do tema inexiste em seu entorno. Neste sentido, os pais devem estar cientes de que é imprescindível, embora não exclusiva, a atuação da escola no processo de educação sexual dos filhos (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013).

Desafios práticos da educação sexual na escola

Nas últimas décadas o mundo vem mudando de forma muito rápida, incluindo as crenças, os tabus e a relação com a sexualidade. Ainda existem muitas dúvidas de como se posicionar frente a essas

mudanças, mas para o Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2010), a sexualidade precisa ser discutida e tratada com muita sensibilidade.

A escola se caracteriza pelo diálogo que, de acordo com Freire (2003), decorre de saberes compartilhados e problematizados. Trata-se de um ambiente encorajador para o debate, no qual surgem as perguntas que não foram feitas antes em função de barreiras diversas, para as quais o professor deve estar preparado. Figueiró (2006) afirma serem os professores as pessoas mais indicadas para tratar de assuntos como a sexualidade, em função de possuírem maior facilidade para levantar debates, permitindo assim que os alunos exponham suas dúvidas, ansiedades e sentimentos. Mais do que meramente falar sobre sexualidade, o foco da Educação Sexual, ao ser inserida no contexto escolar, deve ser integrar e discutir saberes e propiciar uma visão crítica desprovida dos limites impostos por preconceitos, tabus e informações equivocadas.

Podemos afirmar que há grande necessidade de se comunicar abertamente com crianças e adolescentes. As informações podem chegar a eles por meio de amigos, família e escola. Contudo, como abordado anteriormente, a família nem sempre assume seu papel na orientação de crianças e adolescentes. Segundo Brêtas e colaboradores (2011), isso acontece porque muitos pais não tiveram liberdade para conversar sobre o tema em família, quando jovens. Por essa razão, a escola, por vezes, assume sozinha a missão de falar sobre sexualidade.

Entretanto, por conta das mesmas barreiras que tiveram no passado, os próprios professores muitas vezes não se sentem à vontade para tratar de um tema como a Educação Sexual. Souza e colaboradores (2010) ressaltam que estes professores reconhecem a importância de se trabalhar a temática com os alunos, mas carecem de capacitação, o que os faz se sentirem inseguros. Outros fatores, como a timidez, lacunas na formação docente e até mesmo a ideia de que o tema deve ser tratado exclusivamente pela família, podem ser apontados como limitantes para a realização de trabalhos relacionados à Educação Sexual.

Assim, conforme explicam Camargo e Ribeiro (2000), é necessária a preocupação não apenas com o arcabouço técnico do professor, mas também com seu autoconhecimento e sua percepção acerca da diversidade na qual está envolvido o processo de ensinar.

> A formação do educador tem de ser considerada não apenas quanto à produção teórico-científica que embasa o conhecimento sobre a criança, mas também quanto ao seu autoconhecimento. O preparo dos educadores implica o despertar de suas potencialidades, favorecendo a expressão de sua criatividade, de sua sensibilidade. [...] nesse movimento da transformação social, necessitam de espaço para processar, entender, tomar consciência da mudança, da diversidade, da multidimensionalidade que estão implícitas no processo de educar (CAMARGO; RIBEIRO, 2000, p. 51).

Para além disso, é necessário, para que sejam quebradas barreiras históricas da Educação Sexual, como por exemplo, a visão reducionista do corpo que se distancia da realidade vivenciada pelo aluno, e que se limita, muitas vezes, a uma abordagem higienista que desconsidera a sexualidade como uma das facetas da identidade do ser humano. O caráter emancipatório da Educação Sexual ultrapassa o prisma biológico e anatômico, alcançando valores e emoções ligados à sexualidade do indivíduo (MAISTRO; ARRUDA, 2009).

Para garantir que os objetivos envolvidos na Educação Sexual sejam alcançados, a saber, construir o conhecimento acerca da sexualidade e a autonomia sobre o corpo, é necessária a reeducação dos profissionais de Educação que estão em contato frequente com crianças e adolescentes, levando em consideração que os diferentes níveis de aprendizagem demandam diferentes abordagens. Tal reeducação, de acordo com Gagliotto e Lembeck (2011), deve preconizar a discussão e debate da sexualidade humana nas dimensões histórica, antropológica, biológica, filosófica, pedagógica e psicológica, visando compreender e construir um relacionamento capaz de colaborar com seu desenvolvimento enquanto profissional. Neste sentido, a formação inicial e continuada dos professores, segundo Gonçalves e colaboradores (2013), carece de maiores investimentos, que podem se mostrar na forma de treinamentos, projetos, programas e cursos de formação continuada.

Apesar dos avanços experimentados pelo Brasil no que diz respeito a implementação da Educação Sexual nas escolas e seus benefícios, ainda existem barreiras e entraves a serem vencidos, que se traduzem na vitória sobre preconceitos históricos ainda vigentes na sociedade sobre a sexualidade para crianças e adolescentes, além da necessidade de melhor preparar os profissionais de educação para tratar deste tema de forma que não se restrinja ao prisma biológico. Sendo abordada de forma integral, no ambiente escolar, a Educação Sexual pode ser útil para reduzir a violência sexual, além da gravidez na adolescência, com efeitos sobre a evasão escolar, e abortos e da ocorrência de IST.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Sexual é cercada por tabus e preconceitos, além do desconhecimento e informações equivocadas, de forma que são muitas as barreiras para sua inserção no contexto escolar. Tais obstáculos podem vir de diversas direções, sendo muitas vezes encontrados no seio da família, que não trata do tema e, ao mesmo tempo, manifesta posição contrária à sua abordagem no ambiente escolar.

Ao fim do presente estudo, que foi concebido com o objetivo de analisar a importância do ensino da Educação Sexual nas escolas, bem como refletir sobre os principais desafios para sua devida aplicação, destaca-se que sua abordagem é importante na prevenção de casos de gravidez precoce e

abortos na adolescência, a transmissão de IST, assim como identificar possíveis casos de abuso sexual que, majoritariamente, acontecem no ambiente familiar.

Contudo, a despeito de seus benefícios, foi verificado, por meio das fontes bibliográficas às quais se recorreu na presente pesquisa, que os entraves à implementação da Educação Sexual normalmente se relacionam com preconceitos há muito enraizados na sociedade, frequentemente relacionados à valores religiosos e uma realidade restritiva acerca do tema, experienciada por muitos pais e educadores.

Por fim, se constata que negar o acesso ao conhecimento acerca da sexualidade significa, necessariamente, dificultar o desenvolvimento da criança e do adolescente, bem como o conhecimento do que pode ser uma situação de abuso, que muitas vezes é detectada no ambiente de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

AQUINO, C.; MARTELLI, A. C. "Escola e Educação Sexual: uma relação necessária". **Anais do IX Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**. Caxias do Sul: UCS, 2012.

ÁVILA, J. A.; OLIVEIRA, A. M. N.; SILVA, P. A. "Abuso sexual contra crianças e adolescentes: estudos com enfermeiros da estratégia de saúde da família". **Vitalle**, vol. 24, n. 2, 2018.

AZEVEDO, W. F. *et al*. "Complicações da gravidez na adolescência: Revisão sistemática da literatura". **Einstein**, vol. 13, n. 4, 2015.

AZEVEDO, M. A. *et al*. **Crianças vitimizadas**: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Editora Iglu. 2000.

BARROS, M. G. F. B.; MIRANDA, J. C. "Abordagem do tema sexualidade no ambiente escolar". **Revista Educação Pública**, vol. 19, n. 4, 2019.

BLUMENTHAL, P. "Abortion: epidemiology, safety, and technique". **Current Opinion in Obstetrics and Gynecology**, vol. 4, n. 4, 1992.

BRASIL. **Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940**. Rio de Janeiro: Congresso Nacional, 1940. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/02/2022.

BRASIL. **Lei n. 8.069, 13 de julho de 1990**. Brasília: Planalto, 1990. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 15/02/2022.

BRÊTAS, J. R. S. *et al*. "Aspectos da sexualidade na adolescência". **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 16, 2011.

BRINO, R.; WILLIAMS, L. "Professores como agentes de prevenção do abuso sexual infantil". **Revista Educação e Realidade**, vol. 33, n. 2, 2008.

BRITTOS, E. S.; SANTOS, A. B.; GAGLIOTTO, G. M. "A importância da educação sexual na formação de professores: o projeto Laboratório de Educação Sexual Adolescer e a intervenção

necessária junto aos adolescentes no espaço escolar". **Anais do III Simpósio Internacional de Educação Sexual**. Maringá: UEM, 2013.

BUENO, R. C. P.; RIBEIRO, P. R. M.. "História da Educação Sexual no Brasil: apontamentos para reflexão". **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, vol. 29, n. 1, 2018.

BULHÕES, T. R B. *et al*. "Prevalência de recém-nascidos pré-termo de mães adolescentes". **Revista de Psicologia**, vol. 11, n. 39, 2018.

CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. **Sexualidade(s) e infância(s)**: a sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

CAMARGO, L. S.; LIBÓRIO, R. M. C. "A Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes na Perspectiva de Professoras de Escolas Públicas Municipais de Presidente Prudente". **Anais da 29ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação**. Caxambu: ANPED, 2006.

CARRARA, S. "Educação e sexualidade no Brasil: novas experiências no âmbito das políticas públicas". **Panel Sexuality education: the way, what and how – strategies from around the world**. New Delhi: TARSHI, 2007.

CARVALHO, C. C.; KODAMA, K. "Educação Sexual no confessionário: mediação da ciência pelos católicos nos impressos Lar Católico e Família Cristã (década de 1950)". **Revista Brasileira de História da Educação**, vol. 20, 2020.

CARVALHO, G. D. *et al*. **Dicionário de Educação Sexual, sexualidade, gênero e interseccionalidades**. Florianópolis: Editora da UDESC, 2019.

COSTA, A. C P. J. *et al*. "Vulnerabilidade de adolescentes escolares às DST/HIV, em Imperatriz-Maranhão". **Revista Gaúcha de Enfermagem**, vol. 34, n. 3, 2013.

CRUZ, T. A. S.; SILVA, M. S.; SANTOS, J. P. L. "Da Educação Sexual à "ideologia de gênero": disputas em torno das sexualidades e dos gêneros na escola". **Pró-Discente: Caderno de Produção Acadêmico-Científica**, vol. 26, n. 1, 2020.

CUSTÓDIO, A. V.; CABRAL, J. "O impacto das medidas de isolamento social em tempos de pandemias: uma análise dos indicadores de abuso sexual contra crianças e adolescentes". **Revista Jurídica**, vol. 25, n. 57, 2021.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual essa nossa (des)conhecida**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

DIAS, A. C. G.; TEIXEIRA, M. A. P. "Gravidez na adolescência: um olhar sobre um fenômeno complexo". **Paideia**, vol. 20, n. 45, 2010.

FIGUEIRÓ, M. N. D. **Formação de Educadores Sexuais**: adiar não é mais possível. Londrina: Editora da UEL, 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2003.

FURLANETTO, M. F.; LAUERMANN, F.; COSTA, C. B.; MARIN, A. H. "Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura". **Cadernos de Pesquisa**, vol. 48, n. 168, 2018.

GAGLIOTTO, G. M.; LEMBECK, T. “Sexualidade e Adolescência: educação sexual numa perspectiva emancipatória”. **Revista de Educação**, vol. 6. n. 11, 2011.

GALLO, J. H. S. “Gravidez na adolescência: a idade materna, consequências e repercussões”. **Revista Bioética**, vol. 19, n. 1, 2011.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas, 2017.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. “Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios”. **Revista Holos**, vol. 5, 2013.

KRABBE, E. C. *et al*. “Escola, Sexualidade, práticas sexuais e vulnerabilidades para as infecções sexualmente transmissíveis (IST)”. **Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão**, vol. 4, n. 1, 2016.

LEÃO, A. “Educação sexual: currículo nas escolas restrito com BNCC”. **Centro do Professorado Paulista** [2021]. Disponível em: <www.cpp.org.br>. Acesso em: 08/2021.

LANDINI, T. S. **O professor diante da violência sexual**. São Paulo: Editora Cortez; 2011.

MAISTRO, V. I. A.; ARRUDA, S. M. “O contexto escolar como um lugar de construção e de reflexão sobre a sexualidade”. **Anais do IX Congresso Nacional de Educação**. Curitiba: PUC-PR, 2009.

MARTINEZ, E. Z. *et al*. “Gravidez na adolescência e características socioeconômicas dos municípios do Estado de São Paulo, Brasil: análise espacial”. **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 27, n. 5, 2011.

MIRANDA, J. C. “Adolescência e vida sexual: o retrato de uma escola pública da região metropolitana do Rio de Janeiro”. **Revista de Saúde e Biologia**, vol. 8, n. 2, 2013.

MOIZÉS, J. S.; BUENO, S. M. V. “Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do Ensino Fundamental”. **Revista da Escola de Enfermagem**, vol. 44, n.1, 2010.

MONTEIRO, C. J. **Avaliação do nível de conhecimento dos jovens a respeito das manifestações orais de infecções sexualmente transmissíveis** (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Odontologia). Lagarto: UFS, 2019.

NARDI, H. C.; QUARTIERO, E. “Educando para a diversidade: desafiando a moral sexual e construindo estratégias de combate à discriminação no cotidiano escolar”. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, n. 11, 2012.

OLIVEIRA, P. N. **A sexualidade em adolescentes no ambiente escolar (**Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Psicologia). Atibaia: UNIFAT, 2020.

OLIVEIRA, Z. M. R. **Educação Infantil**: fundamentos e métodos. São Paulo: Editora Cortez, 2013.

OPAS - Organização Panamericana de Saúde. “América Latina e Caribe têm a segunda taxa mais alta de gravidez na adolescência no mundo”. **OPAS** [2018]. Disponível em: <www.paho.org>. Acesso em: 03/02/ 2022.

PITZ, C. D.; BOLZE, S. D. A. “Gravidez na adolescência e escola: uma revisão da produção científica brasileira”. **UNIEDU** [2016]. Disponível em: <www.uniedu.sed.sc.gov.br>. Acesso em: 05/02/2022.

QUEIROZ, V. R.; ALMEIDA, J. M. "Sexualidade na adolescência: potencialidades e dificuldades dos professores de ensino médio de uma escola estadual de Sorocaba". **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, vol. 19, n. 4, 2017.

RIBEIRO, P. R. M. "Revisitando a história da educação sexual no Brasil". *In*: RIBEIRO, P. R.C. (org.). **Corpos, gêneros e sexualidades**: questões possíveis para o currículo escolar. Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

RIBEIRO, P. R. M.; MONTEIRO, S. A. S. "Avanços e retrocessos da Educação Sexual no Brasil: apontamentos a partir da eleição presidencial de 2018". **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, vol. 14, n. 2, 2019.

ROSA, L. M. *et al*. "Promoção da saúde na escola: prevenção da gravidez e de infecções sexualmente transmissíveis". **Brazilian Journal of Health Review**, vol. 3, n. 1, 2020.

SANDERSON, C. **Abuso sexual em crianças**: fortalecendo pais e professores para proteger crianças de abusos sexuais. São Paulo: Editora Books, 2005.

SANTOS, B. R.; IPPOLITO, R. **Guia escolar**: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Seropédica: Editora da UFRJ, 2011.

SANTOS, J. C.; GAGLIOTTO, G. M. "Sexualidade desviante de Maria: um caso de perversão feminina". **Anais do V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**. Salvador: UNEB, 2017.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. M. "Adolescência através dos Séculos". **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 26, n. 2, 2010.

SILVA, D. R. Q. **Mães menininhas**: a gravidez na adolescência escutada pela Psicanálise e educação (Tese de Doutorado em Educação). Porto Alegre: UFRGS, 2007.

SILVA, M. J. P. *et al*. "Planejamento da gravidez na adolescência". **Cogitare Enfermagem**, vol. 24, 2019.

SILVEIRA, P.; MCCALLUM, C.; MENEZES, G. "Experiências de abortos provocados em clínicas privadas no Nordeste brasileiro". **Cadernos de Saúde Pública**, vol. 32, n. 2, 2016.

SFAIR, S. C.; BITTAR, M.; LOPES, R. E. "Educação sexual para adolescentes e jovens: mapeando proposições oficiais". **Saúde e Sociedade**, vol. 24, n. 2, 2015.

SOUZA, Z. C. S. N. *et al*. "Trajetória de mulheres em situação de aborto provocado no discurso sobre clandestinidade". **Acta Paulista de Enfermagem**, vol. 23, n. 6, 2010.

SPANIOL, C.; SPANIOL, M. M.; ARRUDA, S. N. "Gravidez na adolescência e educação sexual: percepções de alunas do ensino médio de um município da Serra Catarinense". **Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento**, vol. 19, n. 2, 2019.

SPAZIANI, R. B.; MAIA, A. C. B. "Educação para a sexualidade e prevenção da violência sexual na infância: concepções de professores". **Revista Psicopedagogia**, vol. 32, n. 97, 2015.

TAKEUTI, A. D. "A saúde da mulher adolescente". *In*: MADEIRA, F. R. (org.). **Quem mandou nascer mulher?** Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.

TORQUATO, B. G. S. *et al*. "O saber sexual na adolescência". **Revista Ciência em Extensão**, vol. 13, n. 3, 2017.

TORRES, J. D. R. V. *et al*. "O significado da maternidade para adolescentes atendidas na Estratégia de Saúde da Família". **Revista de Pesquisa Online Cuidado é Fundamental**, vol. 10, n. 4, 2018.

UNFPA - Fundo de População das Nações Unidas. "Prevenção das IST, HIV e Aids. Adolescentes e jovens para a educação entre pares". **UNFPA** [2010]. Disponível em: <www.unfpa.org.br>. Acesso em: 02/12/2021.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Orientações técnicas de educação sexual para o cenário brasileiro**: tópicos e objetivos de aprendizagem. Brasília: UNESCO, 2014.

VALLIM, M R. **Françoise Dolto, uma voz na psicanálise** (Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica). São Paulo: PUC-SP, 2016.

VITALLE, M. S. S. *et al*. "Índice de massa corporal, desenvolvimento puberal e sua relação com a menarca". **Revista da Associação Médica Brasileira**, vol. 49, n. 4, 2003.

XIMENES NETO, F. R. G. *et al*. "Gravidez na adolescência: motivos e percepções de adolescentes". **Revista Brasileira de Enfermagem**, vol. 60, n. 3, 2007.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 12 | Nº 34| Boa Vista |2022

http://www.ioles.com.br/boca

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávaro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima